

RESSIGNIFICANDO MEMÓRIAS SENSÍVEIS: A PENITENCIÁRIA FEMININA MADRE PELLETIER ENQUANTO LOCAL DE VIOLAÇÃO DE DIREITOS HUMANOS COMETIDOS NA DITADURA CIVIL-MILITAR BRASILEIRA (1964-1985)

SIBELE ROSSALES¹; CARLOS ARTUR GALLO²

¹Universidade Federal de Pelotas – sibelerossales@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – galloadv@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

A presente pesquisa é parte da dissertação de mestrado da autora e objetiva problematizar em caráter inicial os entraves para a consolidação das políticas de memória na cidade de Porto Alegre a partir de um estudo microssocial da Penitenciária Feminina Madre Pelletier (PFMP). Dessa forma, o trabalho é realizado dentro da área da ciência política e parte da seguinte problemática: qual o papel da Penitenciária Feminina Madre Pelletier para a consolidação da memória sobre as violações de direitos humanos cometidas durante a ditadura civil-militar brasileira?

Às militantes políticas que eram presas na cidade de Porto Alegre, eram encaminhadas ao objeto do presente trabalho, à PFMP. Um presídio destinado a abrigar não somente presas comuns como presas políticas, além de servir excepcionalmente como uma espécie de prisão especial a condenados que possuíam tratamento diferenciado independentemente do sexo, como jornalistas por exemplo (COOJORNAL, 1983).

A partir do entendimento sobre mulher calcado em valores patriarcais de uma sociedade moderna colonial, objetivando reeducar e proteger mulheres necessitadas, consideradas desviadas aos olhos do Estado e atribuindo a elas a condição de vítima e ser passivo, pela qual era legitimada a lógica opressiva, dicotômica e hierárquica, com base da colonialidade de gênero (LUGONES, 2014) é que o estado transferia sua responsabilidade às Irmãs, pois segundo o entendimento da época, o ato de cometer um delito era algo que somente um homem poderia cometer e quando cometido por uma mulher, certamente estaria agindo ou como cúmplice ou a mando de um terceiro.

Por conseguinte, é a partir das experiências individuais que se constroi uma memória compartilhada sobre o ocorrido, ao dar voz às que não tiveram voz, diminui-se um pouco mais do eco que regimes ditatoriais criam na memória de uma nação. É a partir desses acontecimentos que podemos pensar em

¹ Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política na Universidade Federal de Pelotas (UFPEL). Membro do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME). Bolsista da CAPES – Código 001. E-mail: sibelerossales@gmail.com. Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9538637864325607>. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1670-1093>.

² Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS, Brasil), com Estágio Doutoral realizado na Facultad de Ciencias Políticas y Sociología da Universidad Complutense de Madrid (UCM, Espanha). Professor do Departamento de Sociologia e Política e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL, Brasil). Coordenador do Núcleo de Pesquisa sobre Políticas de Memória (NUPPOME). E-mail: galloadv@gmail.com. ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-0111-4400>.

mecanismos de transmissão dos fatos ocorridos em heranças e legados, em aprendizagens que favorecem uma análise crítica sobre o passado.

Frente ao exposto, busca-se dialogar com os conceitos de memória e lugar de memória trazidos por NORA (1993), JELIN (2002) e NEVES (2014) para repensar a PFMP enquanto um local constituído de um importante papel para manter viva a memória das práticas repressivas do passado recente na cidade de Porto Alegre durante a ditadura civil-militar brasileira.

2. METODOLOGIA

Tendo em mente que a relação analisada é um estudo microssocial, o estudo de caso a partir da triangulação de dados entre análise quantitativa e qualitativa é um desenho de pesquisa bastante adequado, visto que permite uma apreensão bastante minuciosa das relações sociais (COTANDA *et al*, 2008, p. 8).

Ao adotar a estratégia da avaliação quantitativa e qualitativa, torna-se possível examinar, classificar e categorizar dados, opiniões e informações coletadas, ou seja, a partir das proposições, teoria preliminar e resultados encontrados, construir categorias que auxiliam a pesquisadora a explicar o fenômeno sob estudo (MARTINS, 2008).

Os documentos utilizados como base da pesquisa são a análise documental de fontes primárias, aqui compreendidas como documentos oficiais dos setores de inteligência da repressão e dos processos ajuizados no Superior Tribunal Militar (STM) dispostos junto a sítios on-line como o Arquivo Nacional³ e Brasil Nunca Mais⁴.

A partir de fontes secundárias, será possível analisar os relatórios elaborados pela Comissão Estadual da Verdade do Rio Grande do Sul, da Comissão Nacional da Verdade, do Brasil Nunca mais e do Catálogo Resistência em Arquivo, composto pelo fundo da Comissão Especial de Indenização, os quais também estão disponíveis de forma on-line. Também será realizada entrevista na modalidade semi-estruturada com empreendedores da memória da cidade de Porto Alegre, a fim de compreender como tem sido desenvolvida as políticas de memória na cidade, quais os entraves e como está sendo tratado o caso da Penitenciária Feminina Madre Pelletier.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O reconhecimento da PFMP enquanto lugar de memória, cumpre o papel do que JELIN (2017, p. 238) chama da dimensão pedagógica da memória, a partir da compreensão que esse dever de memória que o Estado dispõe com os sofrimentos vividos pelas vítimas, reverbera em um empenho coletivo na construção de futuros mais democráticos e sem violência, a partir da preocupação em transmitir o conhecimento e a compreensão sobre passados traumáticos como o experienciado na ditadura civil-militar brasileira as novas gerações, a fim de que não voltem a se repetir.

³ É possível consultar em: <<https://www.gov.br/arquivonacional/pt-br>>

⁴ É possível consultar em: <<https://bnmdigital.mpf.mp.br/pt-br/>>.

No caso da Instituição em análise, é nítido a existência da luta em torno da ressignificação da PFMP para além de um mero lugar de prisão. De um lado, o estado do Rio Grande do Sul nega-se a assumir o compromisso de dar seguimento à conclusão da etapa de instalação e início da segunda etapa, caracterizada pela intenção pedagógica.

Do outro, os empreendedores da memória de Porto Alegre — compreendido pelas vítimas diretas e indiretas da repressão, além dos jovens que lutam pela não repetição e do Movimento de Justiça e Direitos Humanos (MJDH) —, seguem pleiteando que o estado gaúcho efetivamente assumira para si a responsabilidade de elaborar não somente políticas públicas efetivas, como que as mantenha apesar das novas gestões, as quais tem sido o principal empecilho.

4. CONCLUSÕES

Conclui-se em caráter inicial, que a ausência de responsabilidade pelo ente estatal em assumir um papel ativo na construção de pedagogias da memória impacta diretamente no compromisso com a democracia das próximas gerações.

Ao não lidar com seu passado traumático, o ente estatal opera uma dívida que é passada como uma herança do futuro, e quem está pagando é principalmente a terceira geração da memória, mediante a violência estatal cotidiana em lugares periféricos, a exemplo.

Um passado traumático quando não observado pela ótica da responsabilidade, do reconhecimento dessa responsabilidade para com o passado, especialmente na forma do dever de memória, que aqui aplica-se como medida preventiva de estragos futuros em governos democráticos, reforça a ideia de impunidade, especialmente em crimes cometidos contra a humanidade.

Quando observamos por essa lente, compreendemos que o direito à memória e o dever de memória estão intrinsecamente ligados ao tempo presente, pois o contrário do imprescritível não é o tempo que passa, mas o tempo prescrito: um e outro constroem-se mutuamente.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANDRADE, Bruna Soares Angotti Batista de. **Entre as leis da ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em antropologia social).** Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-11062012-145419/publico/2011_BrunaSoaresAngottiBatistaDeAndrade_VOrig.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2024.

BARETTA, Jocyane Ricelly. **Uma arqueologia do inferno. Misoginia e feminização através do aparato material da Ditadura em Porto Alegre/RS (1964/1985).** Dissertação de Mestrado (Pós-graduação em arqueologia). Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2020. Disponível em: <<https://guaiaca.ufpel.edu.br/handle/prefix/6481>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

COOJORNAL, **Órgão da cooperativa dos jornalistas de Porto Alegre**. Os condenados são todos jornalistas. n° 78, 1983.

COTANDA, Fernando Coutinho; SILVA, Marcelo Kunrath; ALMEIDA, Marilís Lemos, ALVES, Caleb Faria. **Processos de pesquisa nas Ciências Sociais: uma introdução. Ciências humanas: pesquisa e método**. PINTO, Céli Regina Jardim; GUAZZELLI, Cesar A. Barcellos (Orgs). Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

JELIN, Elizabeth. **La lucha por el pasado: Cómo construimos la memoria social**. 1° ed. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2017.

JELIN, Elizabeth. El género en las memorias. In: **Los trabajos de la memoria**, Madrid: Siglo veintiuno editores, 2002.

KARPOWICZ, Débora Soares. Prisões Femininas no Brasil: possibilidades de pesquisa e de fontes. **XIII Encontro Estadual de História da ANPUH/RS**. Santa Cruz do Sul: UNISC, 2016. Disponível em: <<https://app.luminpdf.com/pt/viewer/6682ab1b7bd13e143e8ebe86?credentials-id=3cee43cb-0d6b-4df7-ad30-c3650dd593f7>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

LUGONES, Maria. Rumo a um feminismo descolonial. **Revista Estudos Feministas**, vol. 22, n. 3, p. 935-952, Santa Catarina: UFSC, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/36755>>. Acesso em: 30 jun. 2024.

MARTINS, Gilberto de Andrade. **Estudo de caso: uma estratégia de pesquisa**. 2 ed, São Paulo: Atlas, 2008.

NEVES, Deborah Regina Leal. O tempo e os lugares: pretérito, presente, futuro. In: **A persistência do passado: patrimônios e memoriais da ditadura em São Paulo e Buenos Aires**. São Paulo: Alameda, 2018.

NORA, Pierre; KHOURY, Yara AUn. Entre a memória e história: a problemática dos lugares. **Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História**, v. 10, São Paulo, 2012. Disponível em: <<https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101>>. Acesso em: 30 jun. 2024.